

NOTAS PARA UMA HISTORIOGRAFIA DO ROMANCE REGIONAL RIOGRANDENSE:
O IMPÉRIO DOS COROADOS – RELATO HISTÓRICO, DE NICOLAU MENDES

NOTES FOR A HISTORIOGRAPHY OF THE REGIONAL NOVEL FROM RIO GRANDE DO SUL:
NICOLAU MENDES'S *O IMPÉRIO DOS COROADOS – RELATO HISTÓRICO*

Breno Antonio Sponchiado¹

RESUMO: O presente texto faz uma análise historiográfica da obra *O império dos coroados* – relato histórico, de Nicolau Mendes, publicado em 1954, sob o patrocínio do Centro de Tradições Gaúchas 35 de Porto Alegre. Parte-se da hermenêutica baseada no tripé: autor – contexto – texto. Inicialmente apresenta-se o autor e a obra; a narrativa é cotejada com documentação de historiadores, observando-se como esta obra, ficcional, alude a fatos históricos. Toma-se o conceito de Paul Ricoeur de pacto de leitura, que institui a relação cúmplice entre a voz narrativa e o leitor implicado, para mostrar que a obra, embora se pretenda histórica, não tem a intenção de fazer uma narrativa verídica em relação aos fatos narrados.

Palavras-chave: *O Império dos coroados*. História. Ficção. Pacto de leitura. Paul Ricoeur.

228

1 O autor e a obra

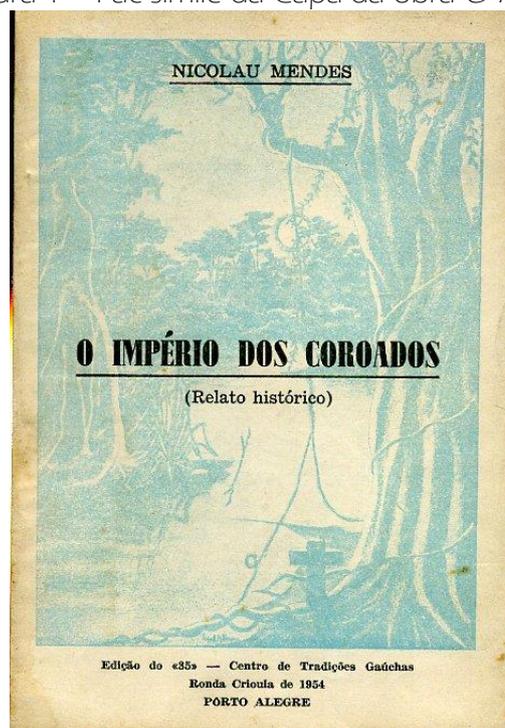
Morador de cidades do Norte do Rio Grande do Sul, inicialmente Palmeira das Missões e, mais tarde, Ijuí, Nicolau Mendes é identificado como jornalista. Informações dão conta de que desempenhou o posto de Secretário do Terceiro Corpo Provisório que passou à história com o nome de Pé-no-chão, na revolução paulista de 1932 (SOARES, 1974, p. 244), escrevendo, após, o livro *O pé no chão - O pé de Palmeira no chão de São Paulo* (Editora Globo, 1937, 2. ed. 1958, 150 p.). Esta faceta de sua biografia é significativa, pois o texto de *O Império dos Coroados* evidencia o uso de terminologia de estratégias de combates, armamentos, procedimentos de guerra. Explica também o conhecimento da geografia e da paisagem da região que é palco do enredo da sua obra, ou seja, o Norte do Estado do Rio Grande do Sul e Oeste catarinense, lugares que palmilhou enquanto secretariava a Guerra Constitucionalista.

¹ Doutor em História. Professor do DCH da URI-FW, e do Mestrado em Letras- Literatura Comparada, com pesquisas na linha Literatura, história, imaginário. Email: sponchiado@uri.edu.br.

Anos mais tarde, vamos encontrar Nicolau Mendes como jornalista em Ijuí, proprietário do jornal *O Nacionalista*. À época da Segunda Guerra Mundial Mendes teve desentendimentos com os proprietários da gráfica que imprimia seu jornal, os quais eram de origem alemã. Isso ele relata no seu livro, *Combatendo a quinta-coluna*, que obteve "a mais franca aceitação entre o distinto público" segundo o jornal *O Serrano*, de Ijuí (01.05.1943, p. 6).

O Império dos Coroados – relato histórico foi publicado em 1954. Na capa da fotocópia que possuímos, cujo original pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em sua biblioteca de Porto Alegre, consta que a publicação é uma edição do "35"- Centro de Tradições Gaúchas Ronda Crioula, de Porto Alegre. Possui 63 páginas; conforme informações do colofão, a obra " [...]foi composta e impressa nas Oficinas Gráficas Santa Teresinha Ltda, em 15 de Setembro de 1954, para o '35', Centro de Tradições, de Porto Alegre".

Figura 1 – Fac-símile da Capa da obra *O Império dos Coroados* – relato histórico



Fonte: CEDOPH (URI/FW).

Ao final do livreto o autor inseriu um “Pequeno vocabulário do dialeto Caingang”, (nas transcrições manteremos essa grafia, mas usaremos a mais atualmente empregada – Kaingáng), que diz ter encontrado “num livro velho editado em 1909 (Hemetério Veloso da Silveira: *As Missões Orientais do Uruguai e seus antigos domínios*)” (MENDES, 1954, p. 55)². Mendes diz também tê-lo apresentado a um velho índio, que, após examiná-lo, constatou a correção do dicionário. Aliás, no corpo do texto, o autor, ao usar termos Kaingáng, os traduz, colocando a tradução entre parêntesis.

O fato de autor ter usado a obra de Hemetério da Silveira deixa claro que sua obra não se baseou somente nas narrativas fundadoras do indígena Konkó, do Cel. Assis e na sua própria experiência, mas buscou informações em obras históricas. Este procedimento, como se vê, resultou em uma obra “híbrida”, que mescla dados considerados históricos com outros lendários, fantasiosos, que tanto poderiam ser provenientes da narrativa do indígena, do caudilho e/ou da imaginação do autor. Este entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa ficcional é admitido já na introdução, quando o autor afirma que sua narrativa “tem sabor de lenda, mesmo porque contada ao Cel. Assis por Konkó (coruja), um índio velho” (MENDES, 1954, p. 5).

O propósito do CTG em patrocinar a publicação, segundo o seu *Patrão*, Waldomiro Souza, que assina a apresentação, é salvaguardar o relato da aventura coletada pelo autor em torno do espanhol que foi prisioneiro dos Kaingáangs: “em boa hora, o sr. Nicolau Mendes colheu e salvou do olvido passando-o para o papel” (MENDES, 1954, p.3). O CTG 35, segundo seu coordenador, estaria cumprindo seu papel de tornar públicos aspectos da tradição do estado:

[...] no seu afã de divulgar as nossas cousas, tem a honra de apresentar, na sua “Ronda Crioula” de 1954, esta obra, um mixto (sic) de história e de lenda, com descrições interessantes de usos e costumes de nossos velhos ‘coroados’, cujos remanescentes se distribuem, em nossos dias, por diversos toldos na região serrana do Rio Grande do Sul. (MENDES, 1954, p. 3).

² O título exato é *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. SILVEIRA, Hemetério Velloso da. Porto Alegre: Typografia da Livraria Universal de Carlos Echnique, 1909. Reeditado pela ERUS em 1979.

Este escopo, estar a serviço ao “culto das Tradições gaúchas” (MENDES, 1954, p. 4), declarado pelo CTG, nos remete à fundação desta entidade, que foi o embrião do movimento tradicionalista no Estado e que representa, segundo alguns, o maior movimento deste gênero no mundo. Conforme Fagundes descreve, a “Ronda Crioula”, aludida pelo patrão do GTG 35, foi também instituída com o fim de

[...] criar uma tradição gaúcha, [e] desenvolver a cultura rio-grandense. Foi dentro deste espírito que nasceu a Ronda Crioula, estendendo-se do dia sete ao dia vinte de setembro, aproveitando a “Semana da Pátria”, e fazendo o “Fogo Simbólico da Pátria” se transformar em “Chama Crioula”, como símbolo da união indissolúvel do Rio Grande à Pátria. Em 24 de abril de 1948, começou-se a realizar conferências, grupos de estudos, já com o CTG constituído em movimento. As atividades se dariam no auditório da FARSul (FAGUNDES, s/d).³

2 A construção da narrativa de *O Império dos Coroados*

O texto é elaborado, segundo seu autor explicita no “Introito”, a partir do relato que ouviu em palestra com o Coronel Serafim de Moura Assis, autoridade distrital no então município de Palmeira das Missões, o qual, por sua vez, o teria ouvido de Konkó, chefe dos kaingang da aldeia de Guarita em 1930. Esta parte é o mote de toda a trama seguinte; a narrativa é introduzida por diálogo entre o cacique e o coronel. A linguagem empregada pelo autor é um arremedo da fala indígena. Tal arremedo equipara o botucudo sedento de vingança a bicho, e introduz a questão da guerra por vingança e necessidade de defesa, o que leva a aludir aos tempos de antigamente, quando o caso a ser narrado ocorreu:

- Compadre, eu qué que vace me dê uma espingarda prá mata bicho que qué entra no nosso toldo. Parece gente, parece bicho, pode sê botucudo, compadre. Eles qué vinga... [interpelado por Assis, continuou] - Isso foi nos tempo de dantes, compadre, quando aqui veio preso um ‘portugueis’, que ficô parando cum nós muitos ano... (MENDES, 1954, p. 6).

³ Tradicionalismo, *Caderno de História* nº 22 - Memorial do Rio Grande do Sul, In: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14937742/tradicionalismo-gaicho-memorial-do-rio-grande-do-sul>

Vê-se, e isso é relevante na análise, como no trecho que pretende reproduzir a voz original do narrador, na linguagem Kaingáng, a narrativa é imprecisa em termos históricos, não identificando o que, quem, quando e como. Isto está em harmonia com o que é referendado pelo próprio autor, que faz a observação, ao expor o vocabulário Kaingáng no item “Contas”, de que “os índios caingangs, com raras exceções, só contam até seis, usando, depois deste numero, como para dizer que chega ou basta, a partícula em” (MENDES, 1954, p. 62).

Estabelecido o mote, o autor passa a palavra ao segundo narrador, Cel. Assis, militar graduado, letrado, e que, portanto, usa uma linguagem mais rebuscada: “Aqui damos a palavra ao Ce. Serafim, de saudosa memória, que irá referir a curiosa lenda que Konkó, num momento de susto, a fim de conseguir arma de fogo, lhe contou pormenorizadamente” (MENDES, 1954, p. 6).

Para o benefício dos leitores que desconhecem a obra, passamos a sintetizar a narrativa, registrando os aspectos que apresentam, ao nosso juízo, mais significado para a análise. O primeiro capítulo, “Marcha para uma fundação”, introduz o cenário, personagens e circunstâncias em que se desenvolve a trama: no ano de 1752, o padre superior enviou dois jovens espanhóis, D. Miguel de Aguilar e Alejandro Martinez, para explorar ervais nas margens do rio Guarita, campos que correspondem ao atual município de Campo Novo. Entregou-lhes um mapa para orientação. Partiram com duas carretas, para trazer a erva mate, e mais 30 guerreiros guaranis, os quais poderiam efendê-los em caso de possível ataque dos coroados, e selvagens “inimigos figadais dos guaranis”.. O capítulo traz referências à redução de São Miguel, com seu majestoso templo, “a atestar a grandiosidade da Ordem de Santo Inácio de Loiola”, capital do “Império Jesuítico ou à República Teocrática”, que abrigava cerca de 30 mil guaranis.

No segundo capítulo, “Caça e pesca em profusão”, seguem-se episódios da marcha, com passagens de rios (Ijuí Grande, Inhacorá), os modos como supriam a alimentação e hábitos indígenas, como de dormir em torno da fogueira com os pés voltados para o fogo, detalhes que estabelecem circunstâncias contextuais históricas. A mesma preocupação em inscrever o cenário físico pode ser percebida no capítulo três, “Às margens do Turvo, cujo texto é preciso em descrever a geografia, os rios e riachos, relacionando os aspectos naturais com posições atuais, como na descrição

do Campo santo, “onde, muito mais tarde, construiu casa de moradia o velho Pedro Santa Helena e em que hoje ainda vivem pessoas da sua descendência” (MENDES, 1954, pp. 19-20), A narrativa prossegue descrevendo o encontro, próximo ao Rio Turvo do precioso “ouro-verde”, a erva-mate. O texto tem momentos poéticos, como o em que o pôr do sol é descrito “como se tivesse batonado a boca da noite”! (p. 10); a linguagem é um tanto retórica: “Manhã de campanha, com todas as galas que Hélios, ao nascer, pode ofertar àqueles que amam a natureza em suas mais polimorfos expressões” (MENDES, 1954, p. 11).

O conflito narrativo é introduzido no capítulo quatro, “O massacre”: fascinados pela aventura, os jovens avançam para regiões ainda mais misteriosas na busca por mais plantas, o que propiciaria aos jesuítas, mais “prosperidade e fortuna”. Subitamente a comitiva sofre o ataque de centenas de Kaingangs: “Morreram, naquela canhada malfadada trinta guaranis e um branco, sacrificados pela sua incondicional lealdade à Ordem dos Jesuítas das Missões Orientais” (MENDES, 1954, p. 24).

Há, neste capítulo, a descrição de dois sinos, cruciais para o entendimento da construção da trama, já que vemos aqui que o autor se reporta à história, como fato real, e mostra que sua narrativa vai para além das informações do Coronel Assis, buscando outras fontes, inclusive pesquisa *in loco*. Nas carretas, além de material de sapa, munições e víveres,

[...] eram conduzidos também dois pesados sinos fundidos nas forjas de São Miguel, um grande e outro menor, sinos esses destinados à igreja a ser por ali edificada. Esses sinos se encontravam atualmente [1954?] um em Campo Novo e outro em Catuípe. Por outro lado, a história não registra como eles foram parar em Campo Novo, uma vez que a expedição a que nos estamos referindo não atingiu aquela localidade em 1752, porque foi dizimada. (...) No sino, que está ainda em função na pequena igreja camponovense, há uma interessante inscrição, que nos foi dado ver quando subimos à torrezinha, onde se acha colocado. Essa inscrição é a seguinte, gravada em cobre: *Sancte Michel, Ora pro Nobis – Anno Domini – 1751* (MENDES, 1954, p. 22).

Os próximos capítulos dão conta dos fatos que seguem ao massacre: “O prisioneiro branco” narra como D. Miguel sobrevive a um golpe de tacape. Feito prisioneiro, passa a ser chamado Fondengue, por ser imberbe. Descobre entre os

indígenas um guarani que fora escravizado quando caçava nas proximidades da cidade “em que Tupan é Senhor” (p. 26). Propõe-se a ajudar os indígenas e recebe relativa liberdade do cacique Tandú, cujo idioma aprende; ganha-lhe a confiança. Já “O ataque dos Botucudos” narra como índios botocudos (usavam um batoque de osso no lábio inferior) atacam os Kaingángs, a quem odeiam, embora sejam seus parentes. Tendo sobrevivido ao ataque dos inimigos em uma caçada, Fondengue recebe algumas mulheres por esposas, e é nomeado por Tandú seu substituto.

No capítulo seguinte, “Vinte anos depois”, Fondengue é cacique e pai de dois filhos, um chamado Ming, por ter matado uma onça, o outro sem nome, por não ter feito ainda nada de notório em bravura. Uma vez que, pela força da tradição, todo ultraje deve ser vingado, Ming, sob o comando do guerreiro Fondengue, dizima a tribo dos botocudos localizada próximo ao Lageado do Tigre, em Santa Catarina.

Nesta parte o autor apresenta uma explicação acerca da origem do nome do lugar Nonoai, à época distrito do município de Sarandi. E ufana-se: “desconhecida ainda dos nossos historiadores ao que parece, prossigamos a lendária história” (MENDES, 1954, p. 39). Quando o filho de Fondengue sem nome desmaia, ao receber um golpe de tacape, sua amante, uma guarani prisioneira, não familiarizada com o dialeto, grita: Nonohay, isto é, *dormindo ferido* (*nona* é dormir, e *ai* ou *hay*, som onomatopaico). “Por isso é que, até hoje ficou ao lugar o nome de Nonoai, ao invés, como seria correto, de Nonohay” (MENDES, 1954, p. 39).

Os últimos capítulos explicitam a origem do nome da obra – Fondengue planejava formar um império com os indígenas –, registram a morte do herói e as batalhas que têm lugar após sua morte. O império dos coroados seria baseado na organização modelar das reduções jesuítica, incluindo o toldo dos kaingáng de Inhacorá, o que aconteceu pelas tratativas de Fongue com o cacique Niatã-Goici. O pacto ficou selado com casamento entre a filha de Niatã, Goivar (Lua crescente) com Goio-Ming, filho de Fondengue. Este “tomou quatrocentos guerreiros escolhidos e suas respectivas famílias e trasladou-se para o local em que hoje se encontra a Vila de Seberi, aquele tempo Fortaleza” (MENDES, 1954, p. 43), onde se estabeleceu a sede do Império Coroadado. Fondengue determinou a Nonoai que fundasse novo aldeamento no lugar denominado Serrinha; uma leva de índios de Inhacorá, por sua

vez, se estabeleceu em Campo Novo, onde se situa o Arroio da Mortandade. O império, com uma rede de seis aldeias, desenvolvia-se magnificamente.

Contudo, como narra o penúltimo capítulo, “A morte de Fondengue”, os aldeamentos – com mais um núcleo na Picada do Pari, hoje Tenente Portela – com o tempo, foram ficando autônomos. Sobrevieram confrontos entre o “homem civilizado” atraído pela erva mate e os indígenas “selvagens”. Fondengue confabula com o Tte. Cel. Joaquim José de Oliveira, em 1828, assentando as bases para uma convivência pacífica. O Cel Joaquim se estabeleceu na Guarita em duas léguas de sesmaria, passando depois à catequese indígena, “mister em que, pela sua bondade, mais tarde empobreceu” (MENDES, 1954, p. 46). Mais tarde foi nomeado pelo Governador Diretor de Índios. Morrendo Fondengue, o império se desmantelou. Os índios de Fortaleza retornaram para Guarita. Aportaram mais e mais aventureiros paulistas, visando os ervais de Campo Novo, o que causa revolta. Assim, não surpreende que o último capítulo, “O arroio da mortandade” relate sangrentos combates, um dos quais deixou 200 indígenas e inúmeros brancos mortos. O cacique foi morto e o reduto indígena dizimado, retirando-se os sobreviventes para Inhacorá. Em 1845, João Vicente de Souza e José Antonio da Cruz, com o auxílio dos kaingáng dirigidos pelos Cel. Joaquim, abriram uma estrada ligando Guarita a Campo Novo, abrindo em definitivo o povoamento branco.

A narrativa termina com o registro da marca da vendeta Kaingáng, e crítica à política indigenista:

Como se vê, ainda agora, passado um século, os caingangs esperam a vingança dos botocudos. É a força imensa da Tradição viva naquelas almas que a civilização não conseguiu conquistar de todo, graças à incúria das administrações e à maldade do homem, dito civilizado que os encheu de mazelas físicas e morais...” (MENDES, 1954, p. 54).

3 O crivo dos historiadores

Wilmar Campos Bindé, em sua obra *Campo Novo – apontamentos para sua História* (Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986), tece comentários sobre a obra literária de Nicolau Mendes. Sem desmerecê-la, chama-a de “história-lenda” (BINDÉ, 1986, p. 31), pois não encontra menção alguma de seu enredo em outras obras da

história sul-rio-grandense. Procura demonstrar que a data de 1752 é forçada, pois o Tratado de Madrid já vigorava, o que torna improvável uma invasão por parte dos Padres Jesuítas no território. E como explicar que uma expedição de exploração de ervais estaria conduzindo dois pesados sinos? Sugere a data de 1767 como a da partida de uma leva de índios, “possivelmente liderados por um ou dois ex-irmãos leigos das Reduções” (BINDÉ, 1986, p. 32). Como se vê, Bindé procura expurgar os eventuais “erros”, excessos e passagens flagrantemente fantasiosos do relato, pois procura apenas a veracidade de fatos históricos. Nesse sentido, tábua de salvação é a passagem da obra de Hemetério Velloso da Silveira, *As missões orientais e seus antigos domínios*, de 1909, que menciona o fato de que o Cacique Fongue, em 1767, deixa a redução de Santo Ângelo, com uma porção de homens e mulheres que retomavam a vida selvagem” (BINDÉ, 1986, p. 32).

Contudo... uma informação tida como verdadeira (afinal foi um líder político e ilustre que a publicou), teria o condão de tornar realidade factual os episódios a ela vinculados? O autor conhecia a obra de Velloso da Silveira, como declara ao informar a fonte do vocabulário Kaingáng que inseriu ao final do livro, como dissemos acima. Ademais, o autor sublinha que é testemunha ocular do transporte dos dois sinos pelas em carretas, pois dedicou-se a investigar *in loco* objetos sacros e a ler suas inscrições. Bindé, por sua vez, corrobora o relato-lenda, dizendo que é “fato verídico” a sua existência (1986, p. 32). “Daí acreditarmos naquela sua procedência” narrada na obra *O império dos Coroados*. Mas minimiza a força de veracidade da narrativa:

Cremos, por isso, que o cacique Konkó, ao contar sua história ao Cel. Assis, cometera seus naturais e admissíveis equívocos, não só com relação a certos locais, pessoas e fatos, como principalmente a respeito de datas. Daí essa narrativa ter mais sabor de lenda (BINDÉ, 1986, p. 33).

A data constante em um sino, 1751, é tomada como um dado empírico irrefutável. Torna-se então a base que sustenta toda a cronologia da narrativa que se pretende histórica, e para tanto precisa estar localizada no tempo. É daquele ano que deriva a datação da expedição: um ano após a suposta fundição do sino pelos

padres jesuítas, em 1752. Repercute no desenrolar da trama, cujas datas, como vimos, são contestadas pelo historiador Bindé.

Note-se que o historiador atribui os fatos fictícios ao indígena, e não à versão do coronel Assis ou do escritor Mendes. A dupla recontagem, transferida oralmente de pessoa para pessoa, teria sido fiel. Não considera o adágio “Cada conto, um ponto”, que sinaliza a deturpação natural que cada narrador causa ao conteúdo de uma trama.

A tentativa do autor em dar explicações a certas denominações, como Nonoai e Arroio da Mortandade, também não se sustenta à luz da documentação. Sobre o segundo, temos um registro constante do *Livro de Registro dos Ofícios da Câmara Municipal de Cruz Alta*, do ano de 1858, que reproduz os fatos da descoberta dos Campos Novos e o episódio que deu nome ao arroio.

Foi no ano de 1834, Exmo. Sr.[Presidente da Província], que João Vicente de Souza, ancião morador no Destricto da Palmeira penetrou a vez primeira no Campo Novo, até então apenas visto das altas coxilhas da Guarita; e reconhecendo a grande abundância de erva nos seus contornos, para ali voltou com seus filhos, alguns parentes e fâmulos com a intenção de fabricá-la.

Abarracaram-se a margem de um arroio que corta o campo transversalmente, em direção de Oeste à Leste; e ainda cuidavão nos primeiros apertos do trabalho, quando forão surpreendidos, atacados e completamente derrotados pelo gentio, ficando mortos uns poucos, e outros feridos, (ao todo dez pessoas). Entre os mortos contou-me um filho de João Vicente, e elle próprio entre os feridos, só pode escapar depois de ter ficado no campo como morto. *Semilhante catástrofe, que deo aquelle arroio o nome de Mortandade, que ainda conserva* [grifo nosso], só servio para desafiar a tenacidade d’aquelle homem; derrotado, mas não succumbido, elle convocou seus parentes, amigos e vizinhos e por eles ajudado abriu uma boa estrada de carretas na picada que antes fisera, e desde então o Campo Novo foi franqueado ao publico que o tem frequentado sem interrupção (CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA).

Infere-se, mais uma vez, como o autor, no afã de dar credibilidade para sua narrativa, acaba buscando explicações mirabolantes para fatos reais. O citado João Vicente de Souza, a quem é atribuída a descoberta, é, na narrativa de Mendes, citado como um dos responsáveis pela abertura, em 1845, da estrada dos campos da Guarita ao Campo Novo, com a ajuda de indígenas sob o comando do Ten. Oliveira (MENDES, 1986, p. 53).

Uma outra referência com respaldo documental que é trazida em cena na narrativa é o personagem Ten. Cel. Joaquim José de Oliveira, cuja ação pode, em hipótese, vislumbrar a suposta organização de um aglomerado de toldos Kaingángs, que o autor denomina “império”. Consultando a documentação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na Seção Diretoria Geral dos Índios, vamos encontrar abundantes registros sobre sua ação. Ele era paulista, estabelecido em latifúndio no Rincão da Guarita por 1828. Temos outro depoimento contemporâneo: carta ao Presidente da Província, datada de 06 de novembro de 1848, na qual o Pe. Parés, missionário espanhol que esteve entre os índios de Nonoai e Guarita nos anos de 1848 a 1852, descreve os índios da Guarita como “sempre desconfiados e receiosos, até que no fim do ano passado [1847] se apresentaram na casa de Oliveira, dizendo que querião aldearse e ficar no lugar denominado Guarita, que dista cinco legoas da casa do Oliveira” (PÉREZ, 1901. p. 487). Em 1849, Oliveira ocupa o cargo de diretor dos índios do Aldeamento da Guarita, “muito doente” e trabalhando na Erva Mate (PÉREZ, 1901, p. 492).

Vinculado ao Tte. Cel. Oliveira (o título foi-lhe dado pelo Governo como pagamento pelos serviços, que não eram remunerados) encontramos outra faceta que vai de encontro à narrativa de Mendes. Há recorrente informação na historiografia sobre os Kaingáng acerca da rivalidade entre seus caciques, e hostilidade contínua entre as diferentes tribos. Em 1854, o Diretor escreve que “Atualmente tem sessado as contínuas brigas em que vivião entre si estas tribos, e por isso vae a sua população em progressivo aumento...” (OLIVEIRA, 1854). Ora, como conceber um “império” formado por grupos em estado de guerra?

Por fim, vejamos um fato que pode, em tese, ter suscitado a ideia do “império coroado” que inspirou o autor. Trata-se do projeto, por longo tempo perseguido pelo Governo da Província, de reunir todos os indígenas da sua região Norte em um só território, já que isso facilitaria a administração, evitaria confrontos com brancos e, principalmente, abriria em definitivo a fronteira dos ervais, campos e lavouras, terras cada vez mais cobiçadas. Assim, em 1853, os índios de Guarita juntaram-se aos de Nonoai, extinguindo aquela aldeia. Uma estratégia para essa unificação foi proposta por Oliveira, que consistiria em cooptar os líderes Kaingángs e os indígenas mais belicosos em uma tropa policial de segurança, chamada Companhia e Pedestres:

Julgo, sem presunção de errar que empregando-se dous terços de Índios para formarem a força de Pedestres, interessando de preferência todos os Caciques, o resto dos mais influentes de todas as tribos, por sem dúvida traria a concentração de toda a Indiada, que andam aliciados, e mal aconselhados por vários lugares (OLIVEIRA, 1855).

Podemos conjecturar que, examinando o círculo de pessoas por que transitava o autor, ou seja, líderes políticos e fazendeiros, e considerando a pessoa que lhe passou a narrativa – Cel. Assis - é bem possível que este plano, que vinha ao encontro dos seus interesses, tenha sido esboçado e imaginado como real.

4 História vs. ficção: a contribuição de Paul Ricoeur

Entendemos que o escritor Nicolau Mendes, ao apor os termos “Narrativa histórica” ao título de sua obra, manifesta seu desejo de que a mesma seja recepcionada como tal, não obstante poder parecer uma proposição contraditória ou/e ilógica.

Paul Ricoeur apresenta reflexões que nos parecem ajudar a fundamentar a análise que vimos fazendo da obra *O império dos Coroados*. O pensador francês faz uma clara distinção entre narrativa histórica e narrativa de ficção. Ficção, para ele, é o reino do “como se” (RICOEUR, 1997, I, p. 112).

A palavra ficção fica então disponível para designar a configuração da narrativa cujo paradigma é a construção da intriga, sem levar em consideração as diferenças que concernem apenas à pretensão à verdade das duas classes de narrativa. Seja qual for a amplitude das revisões a que será preciso submeter a distinção entre fictício ou “imaginário” e “real”, continuará havendo uma diferença entre narrativa de ficção e narrativa histórica (RICOEUR, 1997, I, p. 113).

Como se vê, Ricoeur opõe as acepções de narrativa de ficção à narrativa histórica, tendo a primeira o sentido do *mythos* aristotélico. Ficção fica restrita às criações literárias que ignoram a ambição que tem a narrativa histórica de constituir uma narrativa verdadeira (RICOEUR, 1997, II, p. 6).

O documento é peça chave para o autor de *Tempo e Narrativa* para a sua concepção de narrativa histórica. A noção de documento está colocada na função de apoio, de garantia, fornecidos a uma história, uma narrativa, um debate. O

documento constitui a prova material - em inglês se chama *'evidence'* - do relato que é feito de um curso de acontecimentos. E arremata: "Se a história for uma narrativa verdadeira, os documentos constituem seu último meio de prova; esta alimenta a pretensão da história de estar baseada em fatos" (RICOEUR, 1997, III, p. 199).

Claro que o autor não descarta de repetir que os resquícios do passado, para se tornarem documentos, necessitam de um acurado interrogatório por parte do historiador, a crítica em nível epistemológico, a que seguiria a crítica ideológica, a suspeita sistemática sobre documentos transformados intencionalmente em monumentos.

Continuando seu raciocínio, Ricoeur passa a discorrer sobre o vestígio, sinal e produto deixados pelos homens do passado. O vestígio, define Ricoeur, "indica *aqui*, ou seja, no espaço, e *agora*, ou seja, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a pesquisa, a investigação" (RICOEUR, 1997, III, 204). A história, resume, é um conhecimento por vestígios.

É forçosa, aqui, uma aproximação ou paralelo com o *paradigma indiciário* apontado por C. Ginzburg.⁴ Em sua obra *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, Ginzburg mostra que apareceu historicamente um conjunto de disciplinas centradas na decifração de signos de vários tipos, dos sintomas às escritas (GINSBURG, 2009, 154). Entre estas figura a História. Em suas palavras:

A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural (GINSBURG, 2009, 157).

Retornando a Ricoeur, ele insiste na linearidade temporal do vestígio. "É no tempo sucessivo que se deve reconstituir a significância do vestígio" (RICOEUR, 1997, III, 210), o que nos remete, na análise da obra *Império dos Coroados*, à questão,

⁴ Veja-se o capítulo "*Sinais – raízes de um paradigma indiciário*". In: GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

repetidamente apontada, com respeito à discrepância das datações atribuídas a fatos comprovadamente históricos.

Ricoeur não elimina a imaginação no ato de historiar. Recorrendo a Collingwood (na obra *The Idea of History*), entende que a construção histórica, obra da imaginação *a priori*, faz valer sua pretensão à verdade.

Ora – continua – diferentemente do romancista, o historiador tem uma dupla tarefa: construir uma imagem coerente, portadora de sentido, e ‘construir uma imagem das coisas tais como elas foram na realidade e dos acontecimentos tais como eles realmente aconteceram’ (p. 246). Essa segunda tarefa só será parcialmente cumprida se nos ativermos às ‘regras de método’ que distinguem o trabalho do historiador daquele do romancista: localizar todas as narrativas históricas no mesmo espaço e no mesmo tempo; poder relacionar todas as narrativas históricas a um único mundo histórico; combinar o retrato do passado com os documentos em seu estado conhecido ou tal como os historiadores os descobrem.

O historiador apela para certas características da ficção, como a imaginação na refiguração ou representância do passado. Mas isso não lhe tira a objetividade relativa. Tratando o estatuto crítico da história como investigação, ou, em outras palavras, do limite de sua objetividade, Ricoeur, apoiando-se no pensamento de Mandelbaum, entende que um juízo é dito objetivo “porque consideramos que sua verdade exclui a possibilidade de que se sua negação possa ser igualmente veraz” (MANDELBAUM, apud RICOEUR 1997, p. 291). O labor do historiador, assim, se inscreve mais no universo da crença (subjéctiva, pois) do que no da certeza do tipo matemático. “O credo da objetividade nada mais é senão essa dupla convicção de que os fatos relatados por histórias diferentes podem se conectar e de que os resultados dessas histórias podem se completar”, resume o filósofo francês (RICOEUR, 1997, II, 292).

Assim chegamos ao pacto de leitura que institui a relação cúmplice entre a voz narrativa e leitor implicado, entre narrador e leitor, ou entre o historiador e o leitor. O narrador espera de seu público que ele ‘suspenda voluntariamente sua incredulidade’; e o historiador “se dirige a um leitor desconfiado, que espera dele não só que narre, mas que autentique sua narrativa” (RICOEUR, 1997, II, 292). Por fim, ao subjéctivar a narrativa, o autor voluntariamente se propõe à crítica, a correr o risco de ser contestado e corrigido.

Considerações finais

Trazendo as reflexões de Ricoeur para a obra em análise, vemos que Mendes não reivindica o estatuto de História para sua obra, embora aponha em seu título o binômio “relato histórico”, da mesma forma que não se apresenta como historiador. O *pacto* escritor-leitor é transparente e explícito, ao declarar que vai reproduzir a versão conforme ouviu do narrador, no caso o Cel. Assis, que, por sua vez, ouviu-a do índio Konkó. Combinada à não-intencionalidade do autor em fazer história como compromisso em descrever os fatos como eles foram, não há de se falar ou julgar sua obra em termos de história e falsidade ou equívocos históricos. Se aqui fizemos um cotejamento com a historiografia, foi como forma de mostrar como alguns fatos constantes na trama da sua narrativa possuíam elementos que se sustentam na historiografia. E, ousamos dizer, que esta característica de a disciplina histórica possibilitar a sua revisão e ser complementada é que dá à história, enquanto disciplina autônoma, o seu fundamento epistemológico, ou, de outro modo, se reduziria a uma tautologia.

242

ABSTRACT: This paper makes a historiographical analysis of Nicolau Mendes novel “*O império dos coroados – relato histórico*”, published in 1954 under the patronage of Gaucho Tradition Center 35, from Porto Alegre. Analysis departs from a hermeneutics based on three pillars: author - context - text. Initially, the essay introduces the author and his work; the novel’s narrative is then compared with historic documentation so as to show how this fictional work alludes to historical facts. Paul Ricoeur’s concept of a reading pact which establishes a complicit relationship between the narrative voice and the implied reader is evoked to show that the novel, although intended to be historical, does not aspire to make a historical “true” account of the events narrated.

KEYWORDS: *O Império dos coroados*. History. Fiction. Reading pact. Paul Ricoeur.

REFERÊNCIAS

BINDÉ, Wilmar Campos. *Campo Novo – apontamentos para sua História*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986.

CÂMARA Municipal De Cruz Alta. Livro de Registro dos Ofícios da Câmara Municipal de Cruz Alta. *Ofício n. 12*, de 03 de mar. de 1858.

Revista *Literatura em Debate*, v. 9, n. 17, p. 228 - 243, dez. 2015. Recebido em: 30/09/2015. Aceito em: 30/11/2015.

FAGUNDES, Nico. *Tradicionalismo*. Caderno de História nº 22 - Memorial do Rio Grande do Sul, Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14937742/tradicionalismo-gaucha-memorial-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 05 dez. 2015.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENDES, Nicolau. *O império dos coroados – relato histórico*. – Porto Alegre: Edição do “35”- Centro de Tradições Gaúchas – Ronda Crioula, 1954.

OLIVEIRA, José Joaquim de. *Relatório do Diretor dos Índios José Joaquim de Oliveira ao Presidente da Província*, Aldeia de Nonoai, 28 dez. 1854.

OLIVEIRA, José Joaquim de. *Relatório ao Presidente da Província*. Aldeia de Nonoai 22.07.1855. AHRGS – Diretoria Geral dos Índios.

PÉREZ, Pe. Rafael. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile el Uruguay y el Brasil*. Barcelona: Imp. de Henrich y C^a en Comandita, 1901.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997. Tomo I, II, III.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antonio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.